

## Contenção fiscal

Rogério L. Furquim Werneck\*

Ao fim de oito anos de melhora do quadro fiscal, o resultado primário do setor público deverá atingir a marca de 5% do produto interno bruto (PIB) em 2005. A diferença entre o déficit de 1997 e o superávit deste ano configura ajuste fiscal de nada menos do que seis pontos percentuais do PIB. Algo que ninguém ousaria sequer imaginar possível no apagar das luzes do primeiro mandato de FHC, quando o ajuste afinal teve início. Boa parte dos bons resultados logrados pelo esforço de estabilização nos últimos anos pode ser atribuída a essa notável mudança nas contas públicas. Contudo se de um lado sobram razões para se louvar a persistência em políticas que, ao longo de dois governos, tornaram tal mudança possível, de outro há bons motivos para preocupação tanto com a qualidade do ajuste como com a precariedade que ainda subsiste no quadro fiscal do País, apesar de toda a melhora que se pôde observar nos últimos anos.

O que há de errado com o ajuste fiscal é ter sido integralmente feito pelo lado da receita. A carga tributária saltou de 29% do PIB em 1997 para cerca de 36% em 2004. E continua em alta em 2005. Entre janeiro e agosto deste ano, a arrecadação administrada pela Receita Federal mostrou crescimento nominal de 15,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Muito acima da taxa de expansão nominal do PIB. Não parece irreal, portanto, assumir que a carga tributária vai chegar a pelo menos 37% do PIB em 2005, oito pontos percentuais acima da que foi observada em 1997. Essa escalada da extração fiscal foi mais do que suficiente para viabilizar toda a melhora do resultado primário observada no período. Ainda deixou espaço para que os gastos primários do setor público aumentassem de 30 para 32% do PIB, entre 1997 e 2005.

Diminuir a assimetria desse ajuste, cortando gastos e reduzindo impostos é um dos desafios centrais da agenda fiscal que o País tem pela frente. Mesmo que não seja realista contar com grandes avanços nessa agenda antes 2006, não é demais esperar que, ainda neste governo, haja tempo para iniciativas mais modestas. Mas o fato é que, nessa área, até esforços de racionalização de alcance bem limitado vêm enfrentando grandes dificuldades.

Com a economia sufocada por carga tributária cada vez mais alta, é natural que o clamor por desoneração fiscal esteja assumindo proporções nunca vistas. Mas, como bem ilustra a experiência da chamada MP do Bem, a forma descoordenada com que esse clamor se tem traduzido em pressões políticas vem tendo desdobramentos problemáticos. Adernada por excesso de pleitos desencontrados, a iniciativa bem

intencionada de corrigir falhas mais óbvias na tributação acabou naufragando. Naturalmente, a desarticulação que há meses se observa no Congresso e, especialmente, na base de sustentação do governo, tem contribuído para exacerbar as dificuldades de conciliar pressões políticas dentro de um quadro mais estruturado de negociação de mudanças no sistema tributário.

Do lado do dispêndio, tampouco parece haver razões para otimismo acerca do que ainda poderá ser feito no atual mandato presidencial. É bem verdade que a idéia de um programa de contenção de gastos de horizonte mais longo voltou a ser mencionada pelo ministro do Planejamento. Mas a crise política e o avanço do calendário eleitoral tornam pouco provável que iniciativas de mais fôlego nessa linha ainda possam ter lugar em 2006. O que de melhor se pode esperar é que o governo consiga impedir desatinos mais desastrosos e conter o novo assédio aos cofres públicos que se vem ensaiando, na esteira da enganosa sensação de fartura fiscal propiciada pelo bom desempenho da arrecadação em início de período eleitoral.

Entre os desatinos particularmente graves, deve-se mencionar proposta que vai surgindo no Senado, ensejada pelo referendo do desarmamento. O que se aventa – na contramão da flexibilização que se faz necessária no processo orçamentário – é mais uma vinculação imposta por emenda constitucional, exigindo que no mínimo 15% dos gastos federais e 7% dos gastos estaduais sejam destinados à segurança pública. É também preocupante que afinal tenha sido rompido o cordão de proteção que até agora vinha impedindo que recursos públicos fossem despejados numa derradeira e custosa operação de resgate da Varig.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.